



17º Congresso Nacional de Iniciação Científica

TÍTULO: SÍNDROME DE DOWN: O OLHAR DOS PROFESSORES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CATEGORIA: CONCLUÍDO

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

SUBÁREA: PEDAGOGIA

INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO

AUTOR(ES): CINTIA MARIA DA COSTA SILVA, CLAUDETE VIANA DA SILVA, CLEUNICE ELENA MARTINS COSTA, JUCELIA ESTEFANIA DE SOUSA SILVA, MARIA ANTONIA MEREL DA ROCHA, MARIA AUGUSTA DE JESUS MARTINS, MARLI BLANDINA DOS SANTOS PEREIRA, NORMA DANUNCIÇÃO SANTOS SILVA

ORIENTADOR(ES): JOSÉ LUIZ GERMANO MARTINS

Realização:



Apoio:



RESUMO

Esse artigo tem como objetivo identificar os fatores intervenientes na escolarização dos alunos com Síndrome de Down, a partir de análise, podendo contribuir para informar a sociedade sobre essa síndrome e a educação inclusiva, ajudando a remover as diversas barreiras existentes. A Síndrome de Down é uma anomalia genética causada pela trissomia do cromossomo 21. Apresenta um fenótipo característico, deficiência intelectual entre as faixas leve e moderada e alguns quadros clínicos, mas que não são diretamente ligados à Síndrome de Down. A escola inclusiva tem como propósito incluir crianças com deficiência no ensino regular, oferecendo uma educação de qualidade, igual para todos. Neste sentido, o trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica e qualitativa por meio de entrevista realizada em duas escolas de São Paulo, sendo uma escola Estadual e a outra Municipal, com duas professoras que têm alunos com Síndrome de Down incluídos em sua sala de Ensino Fundamental I. Foram apontados alguns pontos importantes, como preconceito e falta de preparo do professor e instituições, esses fatores também foram destacados como barreiras que dificultam a inclusão nas escolas. As informações obtidas permitem analisar o entendimento dos participantes do processo ensino aprendizagem sobre o tema. No decorrer deste estudo foi possível observar a importância da mediação no processo educacional da criança com SD, e ainda os meios empregados para estimular a compreensão de conteúdos educacionais. Verificamos que explorar a riqueza da diversidade é o maior desafio da inclusão. Constatou-se que durante a pesquisa de campo o aluno com SD está inserido na rede de ensino, mas suas limitações não são respeitadas, pois, em algumas escolas, falta estrutura aos educadores.

Palavras-chave: síndrome de Down; educação inclusiva; barreiras para inclusão.

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar educação inclusiva surgiu a partir das discussões desenvolvidas nas disciplinas do curso de Pedagogia, ficando clara a necessidade de um estudo mais avançado sobre o assunto, especialmente pelo fato de estarmos

há mais de vinte anos sob a regulamentação de políticas educacionais sustentadas por princípios da educação inclusiva.

Assim, o tema escolhido pretende provocar uma análise e reflexão a respeito da inclusão, levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vêm sendo progressivamente defendidos em documentos nacionais e internacionais. Segundo a declaração de Salamanca (UNESCO, 2014), “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.

No decorrer da pesquisa busca-se compreender como desenvolver atitudes mediadoras e competências em busca de melhorias. A ausência deste conhecimento limita as mudanças, restringindo os papéis que a criança portadora da síndrome Down pode representar. O problema de pesquisa do presente trabalho é norteado pelas seguintes questões:

- Devemos refletir se realmente os docentes estão preparados para lidar com os alunos com Síndrome de Down?
- A estrutura escolar é equipada para um aluno portador de Síndrome de Down?

Levantam-se as seguintes hipóteses iniciais: os docentes não são preparados adequadamente, devido a uma carga horária elevada se privam de se preparar e se atualizar; a estrutura escolar em algumas instituições, não é usada com atividades realmente voltadas para um real aprendizado; e o aluno de inclusão, assim como o aluno com SD em um ambiente escolar são capazes de interagir e aprender, esse aprendizado é mais lento, mas possível.

OBJETIVOS

Pelo exposto, o objetivo geral do presente trabalho é conhecer a organização do espaço escolar e o seu funcionamento nas relações e ações pedagógicas, superando desafios com base nas leis que garantem a educação para todos.

Os objetivos específicos são:

- Compreender a educação inclusiva de um modo geral.
- Verificar problemas existentes no âmbito escolar com relação à inclusão do aluno com Síndrome nas classes comuns do sistema educacional.

- Analisar quais são as práticas docentes apropriadas para atender o aluno na escola inclusiva.

METODOLOGIA

Para a coleta de dados do trabalho foi escolhida a entrevista como instrumento de pesquisa. As entrevistas foram realizadas com duas professoras do ensino fundamental I, ambas da escola pública (Municipal e Estadual), no intuito de observar se existem diferenças no olhar do professor com relação à educação inclusiva. A escolha inicial quanto às escolas serem de sistemas diferentes, uma municipal e outra estadual, se prende ao fato de talvez ser um fator relevante na forma de tratamento da inclusão desses alunos. A seguir, foi necessário verificar a existência de um aluno com síndrome de Down incluído em sala do ensino fundamental I, bem como a disponibilidade da professora em responder as entrevistas. Assim, a professora Lara leciona na escola municipal e a professora Yara na escola estadual.

O tipo de entrevista definida como a mais adequada neste caso foi a estruturada, por se adequar exatamente ao pretendido na pesquisa, uma vez que, segundo Marconi e Lakatos (2009), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Trata-se de um procedimento utilizado na investigação social, coleta de dados, para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Sendo que é um importante instrumento de trabalho em vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como o da sociologia, antropologia, psicologia social, pedagogia, política, serviço social, jornalismo, relações públicas, pesquisa de mercado e outras. Quando o entrevistador consegue estabelecer certa relação de confiança com o entrevistado, pode obter informações que de outra maneira talvez não fosse possível.

DESENVOLVIMENTO

Educação inclusiva

Segundo Mantoan (2005, p.26): “inclusão é a nossa capacidade de entender o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes

de nós”. Por conseguinte, já que “inclusão é estar com, é interagir com o outro” estar junto, no cinema, no ônibus ou em uma sala de aula com pessoas que não conhecemos, são formas de inclusão.

O professor na educação inclusiva

Os professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação inclusiva. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (MANTOAN, 2001).

Possíveis dificuldades no processo de inclusão

Para Mantoan (2003), o desafio é mudar as escolas para torná-las de inclusão, sendo que isso requer uma estrutura física adequada com todo um aparato para as especialidades necessárias. Como por exemplo, o papel do professor que precisa trabalhar com o aluno, dando apoio ao acompanhamento, fazendo com que ele mesmo se aceite como ele realmente é e possa se sentir capaz de ser inserido em um grupo, seja ele grande ou pequeno e nos espaços em que convive, no caso em concreto, no espaço escolar.

Avaliação e currículo

Segundo Ghellardi (2012), é necessária muita cautela, pois a adaptação curricular não pode ser compreendida como a facilitação do currículo comum escolar, ou a criação de um currículo paralelo de menor valor acadêmico. É um instrumento que, por meio das mais variadas estratégias e recursos, possibilita a permanência e o sucesso dos alunos em uma escola que contempla a diversidade. Avaliação aqui não é entendida como produto final do processo de aprendizagem, mas como meio pelo qual as intervenções pedagógicas vão sendo direcionadas e construídas; não como funções classificatórias e burocráticas, aliás, essa função da avaliação pode e deve ser eliminada do contexto escolar. Estamos falando então, de uma resignificação da avaliação que não se dá de forma isolada e sim em um processo de reconstrução da escola que queremos em contraposição á escola que temos.

Síndrome de Down

A Síndrome de Down é uma condição genética caracterizada pela presença de um cromossomo a mais nas células de quem é portador e acarreta um variável grau de atraso no desenvolvimento motor, físico e mental. Esse cromossomo extra é acrescentado ao par de número 21, daí o termo trissomia 21. Em 1866 o cientista Jonh Langdon Down, publicou um trabalho no qual descreveu algumas das características da síndrome que hoje leva o seu nome (PUESCHEL, 2013).

Características físicas da síndrome de Down

Segundo Stray-Gundersen (2007), os indivíduos com essa síndrome, possuem características físicas específicas, porém na maioria das vezes existem mais semelhanças do que diferenças com a população em geral. Essas características são importantes para que o médico faça o diagnóstico clínico, entretanto, a sua presença não tem nenhum outro significado. Nem sempre a criança com SD apresenta todas as características; algumas podem apresentar poucos sinais, enquanto outras podem mostrar a maioria dos sinais da síndrome. Ainda que a criança com SD possa apresentar algumas destas características, é importante destacar que, como todas as crianças, elas igualmente se parecerão com seus pais, uma vez que herdaram seus genes e assim apresentarão características distintas entre si, como: estrutura corporal, cor dos olhos e cabelos, padrões de desenvolvimento, etc.

Destas características informadas por Stray-Gundersen (2007), as mais comuns são:

- Olhos que apresentam pálpebras estreitas e levemente oblíquas, com prega de pele no canto interno (prega epicântica);
- A boca é pequena e muitas vezes se mantém aberta com a língua projetando-se para fora;
- As mãos são curtas e largas, as vezes nas palmas das mãos há uma única linha transversal de lado a lado ao invés de duas;

Causas da síndrome de Down

Estudos estão sendo feitos para evidenciar a etiologia da Síndrome de Down e do envelhecimento do óvulo, embora seja esta a causa da maioria dos casos.

Embora também há suspeitas de fatores ambientais e consanguinidade em pais que têm filhos com Síndrome de Down. Foi levantada essa hipótese sem comprovação (BRUNONI, 1999; HOOK,1992, *apud* SAAD, 2003), mas não existem causas específicas e comprovadas a respeito do nascimento da criança com essa síndrome.

Inclusão da criança com síndrome de Down no ensino regular e a formação do professor

Segundo Mantoan (1997), a inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira, novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

A escola como agente do desenvolvimento:

Ao abordar a escolarização da pessoa com síndrome de Down, logo se remete à estimulação precoce. Independente da faixa etária de 0 a 5 anos, a ser realizada em creches, para as pessoas com necessidades intelectuais, isso deve ocorrer logo após o nascimento, sendo assim deve-se tirar proveito da fase de aceleração da mielinização que ocorre nos primeiros momentos do desenvolvimento humano, isso acontece quando as redes neurais crescem e se estruturam, em função da estimulação recebida (FONSECA, 1987 *apud* SAAD, 2003).

A importância da capacitação do pedagogo na educação básica:

A história da formação dos professores foi permeada no passado, por diversas concepções, e há pouco tempo, se tem destacado a necessidade de sua capacitação, se fazem necessárias mudanças, tanto em conteúdos e conceitos, como também em habilidades políticas e interpessoais. E para atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais, nas classes comuns dos sistemas de ensino, a educação básica deve ser inclusiva. Isso requer que a formação dos professores das diferentes etapas da educação, abranja conhecimentos relativos aos ensinamentos necessários a esses alunos (MARTINS, 2004).

A formação do professor relacionada à educação inclusiva:

A qualidade de uma boa formação depende, sobretudo, de sua concepção. Muitos professores tendem a resistir às mudanças por não se sentirem preparados, o problema começa já na formação inicial dos futuros docentes, pois muitos cursos não oferecem capacitação adequada para que não crie familiaridade com a questão. Existe a ilusão de que há uma formação específica que diga como trabalhar com cada criança, mas não é preciso ser especialista em deficiência para ser professor. É necessária a realização de cursos de capacitação para os professores atenderem às demandas educacionais especiais dos alunos. Na escola regular, é previsto o apoio do professor de Educação Especial, já na classe comum precisa perceber as necessidades afetivas e sociais, valorizando a educação inclusiva como meta para uma convivência igualitária, na qual a pluralidade é à base do desenvolvimento das relações humanas (PERRENOUD *et al.* 2002).

A importância de o profissional conhecer a realidade da SD:

Segundo José e Coelho (2008), a observação permite o levantamento dos problemas. É preciso que seja constante e o professor deve estar atento não somente aos aspectos de linguagem, mas também às características físicas, ao comportamento e à atitude da criança. Ele observará, portanto: o tipo de emissão dos fonemas; o grau de expressão do aluno; o nível do vocabulário e o ritmo da fala; os lábios, língua, dentes, olhos e ouvidos; o desenvolvimento motor; a capacidade de atenção e a maneira como a criança se relaciona socialmente.

RESULTADOS

A análise das entrevistas realizadas com as duas professoras que possuem aluno com Síndrome de Down em sua sala, é feita sempre em relação ao referencial teórico utilizado. Buscou-se também comparar os resultados obtidos em ambas entrevistas.

Quando a pergunta versa a respeito do que a inclusão dos alunos com S.D exige na escola, a professora Lara afirmou que o ambiente precisa ser adaptado às necessidades do aluno, com materiais didáticos adequados, priorizando a criança, independente do grau de deficiência física e intelectual.

Segundo Sasaki (1997, apud SANTANA, 2009), a prática de inclusão tem como princípio a valorização de cada pessoa, a aceitação das diferenças individuais, a convivência dentro da diversidade humana e a cooperação, mas para realmente ocorrer a inclusão na educação é necessário que se tenha preparo na sala de aula, em setores operacionais da escola, também da comunidade, ocorrendo uma ação conjunta de diretores e educadores, das autoridades educacionais e profissionais de educação especial.

A professora Yara nos relatou a respeito dessa mesma pergunta, que há a necessidade de mais professoras preparadas para atuar com crianças com SD em sala de aula, e também estagiários. Nesse sentido, Mantoan (2001) ensina que os professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação inclusiva. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade.

De acordo com a professora Lara e a professora Yara, a inclusão de alunos com SD exige que, tanto as escolas quanto os professores, procurem adaptar-se às necessidades dos alunos, priorizando seu bem estar, independentemente de seu grau de dificuldade, necessitando de profissionais bem preparados, aptos e competentes, além de um ambiente favorável, com salas adequadas, cadeiras de rodas, materiais didáticos, entre outros, ressaltando ainda a importância do auxílio de um estagiário em sala de aula.

No que diz respeito a avaliar o potencial de seus alunos, a professora Lara diz ser uma avaliação contínua, como qualquer outra, e essa avaliação se dá por meio de uma sondagem em que se analisa o que a criança já sabe, a partir daí deve-se dar sequência às atividades. Já a professora Yara diz não poder ainda avaliar seu aluno pelo fato de este não estar em sala no início das aulas, demonstrando saber poucas informações quanto a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer da pesquisa, com leituras e com as entrevistas, foi possível perceber que as barreiras para inclusão são muitas. O preconceito parece ser a principal delas e talvez a mais difícil de superar.

Para alcançar o ensino e aprendizagem de qualidade o educador precisa conhecer a SD, faz-se necessário que a família esteja presente no desenvolvimento da criança e que os pais se sintam seguros e participem dessa evolução do aluno, oportunizando assim a busca por alternativas que estimulem a criança a participar ativamente das atividades em sala.

A lei deve ser cumprida, então cabe à educação buscar melhores condições para alcançar o objetivo principal, que é a aprendizagem.

Nas entrevistas feitas em duas Escolas Públicas de São Paulo, sendo uma Estadual e a outra Municipal, ficou claro que a formação do profissional é essencial para o desenvolvimento do educando e a estimulação do aluno portador de SD.

Portanto, verificou-se por meio das entrevistas com as professoras, como se dá a aprendizagem da criança, deixando clara a importância da figura do educador capacitado e bem preparado.

E por fim, a aprendizagem da criança com Síndrome de Down existe, mas isto depende de um conjunto de obrigações que envolve: escola, profissionais preparados, família e a sociedade para acontecer de fato.

FONTES CONSULTADAS

GHELLARDI, V. K. P. Educação inclusiva as implicações na avaliação e no currículo. In: BOSA, A.C.; SANINI, C.; ROSELLI, B.C.C.; LARA, A. F. M. (Orgs.). **Inclusão: O direito de ser e participar**. Piracicaba: Shekinah. 2012. Cap.31, p.130-135.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M.T. **Problemas de aprendizagem: série educação**. 12. ed. São Paulo-SP: Editora Ática, 2008.

MANTOAN, M.T.H. Contribuições da pesquisa e desenvolvimento de aplicações para o ensino inclusivo de deficientes mentais. In: ID. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Ed. Memnon, 1997.

_____. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Ed. Memnon, 2001.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

_____. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças.** In: Nova Escola, maio, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Ed Atlas, 2009.

MARTINS, L. A. R. Princípios didáticos na ação docente: conhecimento como expressão da ação humana. In: ROMANOWSKI, J. P., MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (Orgs.). **Conhecimento local e conhecimento universal: Práticas sociais.** Curitiba: Champagnat, 2004. p. 43-57.

PERRENOUD, P. *et al.* **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o desafio avaliação.** Porto Alegre-RS: Artmed, 2002.

PUESCHEL, S.M. Panorama histórico. In: PUESCHEL, S.M (Org.). **Síndrome de Down: Guia para pais e educadores.** 14. ed. São Paulo: Papyrus. 2013. Cap. 4

SAAD, S. N. **Preparando o caminho da inclusão:** dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de Down. São Paulo: Ed. Vetor, 2003.

SANTANA, V. E. Inclusão de pessoa com síndrome de Down no ensino regular. In: DEA, D. V. H. S.; DUARTE, E. (Orgs.). **Síndrome de Down - informações, caminhos e histórias de amor.** São Paulo: Phorte, 2009. Cap.1, p. 83-88.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STRAY-GUNDERSEN, K. **Crianças com Síndrome de Down.** Guia para pais e educadores. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 09 Setembro 2016.